

Crime manjado

Categories : [Reportagens](#)

Nesta terça-feira, as atenções em Mato Grosso estiveram novamente voltadas para região norte do estado, onde a Polícia Civil começou a cumprir seis mandados de busca e apreensão e mais 75 de prisão temporária contra fazendeiros, madeireiros, servidores da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e engenheiros florestais terceirizados acusados de formarem quadrilha para fraudar planos de manejo. As prisões aconteceram em 18 cidades mato-grossenses e em Ourinhos, no interior de São Paulo. Até o fim da tarde de hoje, 32 pessoas foram presas na chamada Operação Guilhotina.

De acordo com a Sema, o esquema foi descoberto depois da realização de fiscalizações em 108 planos de manejo e de exploração florestal em março deste ano. Na época, cerca de 15 casos de irregularidades foram constatados e encaminhadas ao Ministério Público Estadual e à polícia, que abriram seis inquéritos. Até onde se sabe, a quadrilha movimentou 58 milhões de reais e 81,8 mil metros cúbicos de madeira de origem ilegal. Com essa quantidade é possível enfileirar, em 60 quilômetros, mais de quatro mil caminhões carregados.

O juiz José Zuquim Nogueira, da Vara Ambiental de Cuiabá, que determinou a prisão dos acusados, ainda não autorizou a divulgação de seus nomes. Mas a Sema confirmou que, como todos os crimes estavam relacionados à obtenção de licenças e autorizações falsas com anuência de funcionários públicos, pelo menos um analista de meio ambiente e o ex-diretor regional da secretaria em Sinop, Jackson Medeiros, foram presos. Por conta desse tipo de crime, o secretário de meio ambiente do estado, Luis Henrique Daldegan, decidiu afastar do cargo o superintendente de gestão florestal, Rogério Rodrigues da Silva. “Não existem indícios contra ele, mas a Sema optou por isso para dar mais transparência às investigações”, informou, através de sua assessoria de imprensa.

Os envolvidos são acusados de fraudarem o sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais (CC-Sema), que controla a comercialização de madeira no estado. Eles elaboravam planos de manejo e de exploração florestal fictícios com o objetivo de obter créditos florestais inexistentes, utilizados para acobertar o transporte de madeira extraída ilegalmente. A decisão judicial fala inclusive em exploração dentro de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de preservação permanente.

Mas o delegado Wylton Massao Ohara, da delegacia especializada de administração fazendária, preferiu não adiantar que áreas foram vítimas do esquema. “É cedo para presumir isso, vamos aguardar os depoimentos dos presos para termos certeza de quais áreas as madeiras esquentadas estavam sendo retiradas”, diz. Alguns dos principais casos de fraudes são localizados no município de Feliz Natal, onde recentemente aconteceu uma [operação do Ibama para coibir também fraudes em planos de manejo e extração ilegal de madeira do Parque Indígena](#)

[do Xingu.](#)

Ainda segundo a decisão judicial que deu permissão à operação, existem casos em que a autorização de exploração florestal ou manejo foram obtidos em menos de 30 dias, sendo que a área respectiva sequer foi explorada- sinal que a madeira saiu de outro lugar. Há ainda situações em que a autorização de desmate foi obtida de forma fraudulenta, com uso de documentos falsos. E ainda verificações de que no projeto de exploração florestal a área havia sido declarada como de mata fechada, mas vistorias revelaram que a mesma região era de Cerrado. Em todos esses casos, créditos obtidos foram comercializados através do sistema de controle e transporte florestal do estado, o Sisflora.

A secretaria de segurança pública de Mato Grosso informou que 130 investigadores e 21 delegados participam da operação.